



INDICAÇÃO Nº 64/2017

Assunto: Elaboração de decreto municipal ou projeto de lei objetivando instituir a Guarda Civil Ambiental no Município.

Considerando que o art. 1º da Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, "institui normas gerais para as Guardas Municipais, disciplinando o § 8º do art. 144 da Constituição Federal"; e

Considerando ainda que o art. 5º da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, estabelece as competências específicas das Guardas Municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais, assim especifica no inciso VII: "proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas",

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas as providências cabíveis visando à elaboração de Decreto Municipal ou Projeto de Lei objetivando instituir a Guarda Civil Ambiental no Município.

As ações de combate aos crimes ambientais e à degradação ambiental tipificada são feitas pela Polícia Militar, através de sua Polícia Ambiental, com sede em São José dos Campos.

Mesmo considerando o inegável labor persistente e incansável dos policiais militares, de forma combativa e zelosa, é notório que o efetivo e o aparelhamento da Polícia Ambiental Estadual são modestos para um atendimento eficaz, preventivo e punitivo, considerando o extenso território da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e, especificamente, o Município de Jacareí.

A implantação da Guarda Civil Ambiental vem sendo efetivada por inúmeros municípios do país, a exemplo das cidades de Guarulhos e Sorocaba no Estado de São Paulo e Campos dos Goytacases (RJ), apenas para citar esses três municípios.

A Guarda Civil Ambiental desses municípios tem competência, entre outras, para:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

FSL

INDICAÇÃO Nº 64/2017 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 2/2

1 - patrulhar de modo ostensivo e preventivo as áreas de interesse ambiental existentes no Município, em especial as APPs - Áreas de Preservação Permanente, Parques Municipais, Nascentes e Mananciais, bem como fiscalizar e autuar ações de maus tratos a animais domésticos e silvestres, ruídos internos e externos, degradação ambiental, poda e supressão de espécimes arbóreos;

2 - fiscalizar e vigiar as APPs, Áreas de Nascentes, Mananciais, Fauna e Flora e promover de forma autônoma, ou em colaboração com os órgãos de proteção ambiental, a identificação, detenção e autuação por infrações administrativas e apresentação aos órgãos públicos competentes, nos casos de crimes ambientais;

3 - fiscalizar agressões ao Meio Ambiente para reprimir o descarte irregular de lixo e entulho de construção civil em ruas, terrenos, beiras de rios, córregos e ribeirões, evitando o entupimento das saídas de água e a existência de vetores de doenças e animais venenosos com potencial de proliferação ou disseminação que apresentem risco ou ameaça à saúde pública;

4 - no exercício de suas atribuições, os Guardas Civis Municipais que venham a integrar a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, poderão: orientar; notificar; autuar; aplicar multas; encaminhar o infrator ao órgão competente; e apreender animais, produtos ou subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos e veículos;

5 - que os Guardas Civis Municipais, lotados na Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, sejam designados na função de Agentes Fiscalizadores Ambientais;

6 - que a fiscalização por parte da Guarda Civil Ambiental de Jacareí seja limitada às infrações administrativas ambientais, respeitando as competências dos demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Desta forma, mui respeitosamente acionamos a Administração Municipal e agradecemos por seu empenho para que a situação seja devidamente considerada e atendida.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2017.

DRA. MÁRCIA SANTOS

Vereadora - PV

2ª Secretária